

GUINÉ-BISSAU

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Chefe de Estado:

Malam Bacai Sanhá (substituiu Raimundo Pereira em Setembro, que por sua vez tinha substituído João Bernardo “Nino” Vieira em Março)

Chefe de Governo:

Carlos Gomes Júnior

Pena de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

1,6 milhões

Esperança média de vida:

47,5 anos

Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):

207/186 por 1000

Taxa de literacia nos adultos:

64,6 por cento

O assassinato de figuras políticas e militares, incluindo o presidente João Bernardo “Nino” Vieira em Março, exacerbou a já frágil situação política. As eleições de Junho devolveram alguma estabilidade. As forças armadas interferiram na governação do país e no poder judicial. Cometeram ainda graves violações dos direitos humanos, incluindo homicídios dolosos, tortura e outras formas de maus-tratos e detenções arbitrárias com impunidade. Os defensores dos direitos humanos e outros receberam ameaças de morte.

Antecedentes

O atraso na nomeação de um novo governo após as eleições de Novembro de 2008 fez aumentar a tensão política. O tráfico de droga estava alegadamente por detrás da instabilidade política e dos assassinatos, e da tensão entre as autoridades civis e militares. Um novo governo foi finalmente nomeado em Janeiro.

Em Janeiro, os guardas presidenciais conhecidos como “Aguentas”, uma força criada pelo falecido presidente João Bernardo “Nino” Vieira durante a guerra civil de 1998-99, tentaram alegadamente matar o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o general Tagme na Waie, aparentemente porque este ordenara o desmantelamento da unidade. Em Março, o general Tagme na Waie foi morto por uma bomba. Os militares acusaram o presidente Vieira de ter ordenado a sua morte e horas depois assassinaram-no. O presidente da Assembleia Nacional assumiu o cargo de presidente interino até à realização de eleições presidenciais. Nenhuma das mortes foi devidamente investigada.

Antes das eleições presidenciais de Junho, militares assassinaram vários políticos próximos do falecido presidente Vieira, incluindo um candidato às eleições. Os militares detiveram ainda de forma arbitrária vários deputados e antigos ministros e espancaram alguns deles. Vários políticos fugiram do país ou esconderam-se.

As eleições de Junho realizaram-se num clima de medo e censura. Malam Bacai Sanhá, candidato do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), no poder, venceu as eleições após uma segunda volta, em Julho. Tomou posse em Setembro.

Em Agosto, a Guiné-Bissau aderiu ao Protocolo Opcional à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e em Setembro assinou o Protocolo Opcional ao Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Homicídios dolosos

Em Março e Junho, soldados assassinaram várias figuras políticas e militares com impunidade. Apesar das promessas feitas pelo novo presidente, nenhuma das mortes foi investigada.

■ A 4 de Junho, Hélder Proença, antigo Ministro da Defesa, foi assassinado juntamente com o seu motorista e o guarda-costas numa emboscada montada por militares a cerca de 40 km da capital, Bissau. As Forças Armadas acusaram-no de estar por detrás de um plano para derrubar o governo e assassinar o primeiro-ministro e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas em funções. Duas horas depois, Baciro Dabó, antigo Ministro da Administração Territorial e candidato presidencial, foi assassinado em casa por um grupo de cerca de 13 soldados.

Detenções arbitrárias

Militares detiveram arbitrariamente civis e outros militares, que acusaram de conspirar contra o governo. As detenções foram levadas a cabo sem mandato de captura. Os detidos foram mantidos em instalações militares durante semanas ou meses, sem serem acusados de qualquer crime e sem serem julgados, ultrapassando o limite de 48 horas de detenção previsto na lei. Cinco soldados acusados de assassinarem o Chefe do Estado-Maior em Março foram detidos pouco tempo depois, mas durante vários meses não foram levados perante um magistrado para legalizar a sua detenção. Até ao final do ano ainda não tinham sido julgados.

Os políticos detidos em Junho foram libertados cerca de dois meses depois, sem terem sido acusados de qualquer crime ou julgados. Entre eles estava Faustino Fadut Imbali, um antigo primeiro-ministro, detido sem mandato de captura na sua casa por militares a 5 de Junho. Foi espancado na altura da detenção e levado para o quartel-general das Forças Armadas, onde foi novamente agredido.

Tortura e outras formas de maus-tratos

A maior parte das pessoas detidas em Março e Junho foram torturadas sob custódia militar, incluindo os cinco soldados detidos por suspeita de envolvimento no assassinato do general Tagme na Waie, segundo informou a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). Além disso, pessoas acusadas de criticar as Forças Armadas foram torturadas ou sujeitas a outros tipos de maus-tratos sob custódia. Estes incidentes não foram investigados e os responsáveis não foram trazidos a responder perante a justiça.

■ O advogado Pedro Infanda foi detido de forma arbitrária por soldados a 23 de Março, horas depois de ter dado uma conferência de imprensa na qual afirmou que um dos seus clientes acreditava que o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas em funções não tinha competência para o cargo. Pedro Infanda foi levado para o quartel de Amura, em Bissau, e torturado durante os primeiros quatro dias da sua detenção. Foi espancado com um pau e com outros objectos, e sofreu ferimentos graves na coluna, tendo de ser internado nos cuidados intensivos do hospital.

■ À 01h00 da madrugada de 1 de Abril, quatro soldados foram à casa de Francisco José Fadul, presidente do Tribunal de Contas, e espancaram-no com as coronhas das armas, provocando-lhe cortes na cabeça e num braço. Teve de ser assistido nos cuidados intensivos do hospital. A sua esposa foi igualmente agredida, mas não sofreu ferimentos graves. Dois dias antes do ataque, Francisco José Fadul tinha criticado publicamente o comportamento

das Forças Armadas e apelara ao governo para responsabilizar os militares envolvidos em casos de corrupção e nas mortes do presidente Vieira e do general Tagme na Waie.

Ameaças à integridade física

Membros da LGDH foram ameaçados por criticar os militares. Ninguém foi acusado ou julgado pelas ameaças.

■ Em Agosto, o então Procurador Geral afirmou ter recebido ameaças de morte, que o obrigaram a dormir fora de casa.

Relatórios da Amnistia Internacional

📄 Guiné-Bissau: Violações dos direitos humanos no período que antecedeu as eleições presidenciais (Index: AFR 30/003/2009)

📄 Guiné-Bissau: "Briefing" para os observadores eleitorais internacionais (AFR 30/005/2009)

📄 Guiné-Bissau: Apresentação à Revisão Periódica Universal da ONU (AFR 30/007/2009)